

ATA N° 01/2008

Aos vinte nove dias do mês de fevereiro de dois mil e oito, às 09:30 horas reuniram-se os conselheiros da Estação Ecológica do Taim, conforme lista de presença em anexo. O presidente Amauri Motta fez a abertura da reunião informando a todos a pauta da reunião que são planejamento dos trabalhos do conselho para 2008, avaliação de 2007, regulamentação dos 33.815 hectares da ESEC-Taim. A ata da reunião anterior não foi lida devido não estar disponível com o secretário. O conselheiro Romulo Fernandes Flório falou que sua entidade o Sindicato Rural recebeu o convite apenas com um dia de antecedência, seguindo a pauta da reunião o presidente Amauri Motta falou da avaliação do conselho de 2007 que foi negativa pois não houve reuniões, mas que em 2008 precisamos intensificar as reuniões, informou da mudança que houve por parte do governo federal, onde agora oficialmente existem duas instituições o IBAMA e o Instituto Chico Mendes da Biodiversidade a qual a partir de agora a ESEC-Taim pertence; ainda informou que este ano já fez uma reunião com as ONGs de Santa Vitória do Palmar e a Prefeitura Municipal de Santa Vitória do Palmar. A seguir fez um relato sobre o decreto lei de 1978 que criou a ESEC-Taim com aproximadamente 33.000 hectares, em 1986 foi regulamento e desapropriados 11.000 hectares que englobam a Ilha Taquarti, Caçapava e Rincão dos Porcos 1, 2, restando ainda desta forma em torno de 22.000 hectares para serem regulamentados e desapropriados e indenização dos proprietários. Neste sentido por solicitação da Ministra Marina Silva recebeu orientação para a realização das duas audiências públicas no dia 26 de março de 2008 na cidade de Rio Grande, e no dia 27 de março de 2008 em Santa Vitória do Palmar para debater as referidas regulamentações da ESEC-Taim. O conselheiro Romulo Flório falou que não concorda com o regulamento no modelo de Estação Ecológica, e sim propõe que seja como Parque Nacional, que permite o acesso as comunidades envolvidas e não apenas para algumas instituições de pesquisa. O conselheiro Renato Carvalho disse que esta triste com a atuação do conselho e que agora precisa tomar uma decisão importante sobre a Estação Ecológica; mas diz que é defensor do conselho. Sobre a audiência pública precisamos saber realmente dos impacto das decisões que vamos tomar, diz que o conselho não está preparado e nem o Instituto Chico Mendes para avaliar esta decisão, não sabem onde ficam as áreas que serão beneficiadas. Acha que o tempo é muito curto para tomar esta decisão. O conselheiro Paulo Francisco da Silva Arruda falou que se sente traído com a proposta das audiências públicas que já estão marcadas, sente-se manobrado pelo presidente do conselho, com pouco tempo para debater um assunto extremamente importante e sem discussão com as comunidades envolvidas, diz que houve atropelo da direção e que sente-se sem preparo e que não tem estudo do assunto para se posicionar, não tem plano de manejo da área e propõe a retomada do debate com mais tempo disponível, considero que é um golpe nas duas comunidades. O presidente Amauri Motta diz que o Conselho existe para as pessoas falar o que sentem, mas não concorda com algumas coisas que estão falando, porque esta reunião é para justamente passar os assuntos referente a estação ecológica, e se chegarmos na audiência pública é para ouvir a comunidade. O senhor Delamar Mirapalheta falou que temos que discutir com os produtores pois temos também questões sociais e a sustentabilidade da estação, diz que questões em discussão é na verdade uma ampliação da ESEC-Taim e não uma regulamentação, pois caso contrário poderemos novamente ir parar no supremo tribunal federal, precisamos ter um meio termo ou seja um pacto. O conselheiro Paulo Francisco da Silva Arruda diz que precisamos medias as palavras,

mas tem a convicção de que tudo está errado durante 30 anos, diz que se preocupa com a área da ESEC-Taim, precisamos avançar, fazer um diagnóstico profundo e não precisamos ter pressa, temos que estar bem intencionados, não se sente capaz de ser contra a ESEC-Taim, só que as audiências públicas sem informação não valem nada, precisamos amadurecer o conselho para deixar para o futuro um ambiente melhor, diz que todos respeitam os órgãos envolvidos principalmente o IBAMA. Propõe a retirada das audiências públicas, porque entende que estas serão um processo de desconstrução das duas comunidades envolvidas. O conselheiro Norton Gianuca diz que este processo é antigo e não concorda que em trinta dias resolver o que levou 30 anos, esta rapidez é um desrespeito com os que foram lesados durante 30 anos, propõe que se forme uma comissão, e transferir as audiências públicas. Romulo Flório preocupa-se com o tempo que fomos lesados e também com o nosso litoral, que não podemos usar os recursos naturais que temos, cita o país vizinho Uruguai que utiliza os recursos naturais de maneira racional, fala que a lei nos permite que façamos compensação ambiental das nossas atividades, cita como exemplo os arrozeiros e os jipeiros, propõe também a transferência das audiências públicas. O presidente Amauri Motta diz que tão logo soube da demanda das audiências procurou reunir o conselho e que não esta surpreso com os conselheiros, comunicou que esta com viagem marcada para o próximo domingo dia 02 de março para Brasília onde irá levar o pedido de transferência das audiências públicas. O senhor José Faustini de Oliveira falou que não podemos discutir sem conhecimento, diz que já participou de reuniões onde não podíamos usar água para plantar arroz, diz que participou de todo levantamento das áreas do entorno da ESEC-Taim, também concorda com o adiamento das audiências públicas, pergunto aos participantes se alguém sabe o quanto de água é retirado da Lagoa Mangueira, por exemplo. Renato Carvalho diz que devemos construir junto a proposta, caso contrário vamos para as audiências apenas escutar. O presidente Amauri Motta marcou a próxima reunião para o dia 06 de março de 2008. Deu-se encerrada a reunião. O presidente Amauri Motta diz que sempre desde a criação da ESEC Taim, foi a favor da regulamentação das áreas envolvidas e que isto precisa ser afinado com as ideias dos conselheiros. Por decisão unanime foi solicitado ao presidente Amauri Motta a transferência das audiências públicas.